

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.007 - MS (2018/0307413-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : ARTUR AREAS DA LUZ FONTES  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO EMMANUEL CAMPOS FERREIRA - SC005012  
JORGE HENRIQUE GOULART SCHAEFER MARTINS -  
SC038354  
RICARDO AVILA ABRAHAM E OUTRO(S) - SC043117  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**AGRAVADO** : WAGNER GOULARTE  
**ADVOGADO** : RODRIGO DE FREITAS CORRÊA - SC041628  
**INTERES.** : FABIANO HENRIQUE DE SOUZA MARQUES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ARTUR AREAS DA LUZ FONTES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que inadmitiu o seu Recurso Especial.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 3 anos de reclusão, e pagamento de 300 dias-multa, em regime inicial semiaberto, como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Inconformadas, as partes interpuseram recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual deu provimento à insurgência ministerial, a fim de redimensionar a pena estabelecida para 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto e pagamento de 360 dias-multa.

Foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados.

Apresentado o Recurso Especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o recorrente sustenta que os óbices indicados na decisão objurgada não incidiriam *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento da insatisfação.

É o relatório.

No Recurso Especial, a parte alega que a aplicação do novo entendimento jurisprudencial a respeito da desnecessidade da transposição de fronteiras entre os Estados para a aplicação da causa de aumento da interestadualidade prevista na lei de drogas ensejaria a retroatividade de norma penal mais gravosa, razão pela qual a majorante em questão deveria ser afastada.

A par dos fundamentos apresentados pela Corte de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, tem-se que o apelo nobre interposto não merece seguimento.

A Corte estadual, ao manifestar-se com relação à questão, asseverou:

*"A alteração do entendimento jurisprudencial tem*

*aplicação imediata aos recursos pendentes de apreciação, mesmo aos interpostos antes do julgamento que modificou a jurisprudência, já que caracteriza apenas interpretação da norma e não o estabelecimento de nova regra que se submete ao princípio da irretroatividade ou do tempus regit actum.*

*Desta forma, a decisão foi clara, uniforme, harmônica, aplicando com atenção e zelo o direito na solução da questão posta em litígio.*

*Ora, se a parte embargante entende que a interpretação acha-se equivocada, não pode pretender modificá-la pela estreita via dos embargos de declaração, que se prestam a aclarar dúvida, obscuridade ou afastar contradição, omissão ou erro material, não podendo, pois, serem utilizados em substituição a outros recursos, próprios para reexaminar as questões julgadas." (e-STJ fl. 294)*

Da análise dos autos, depreende-se que o acórdão estadual apresentou entendimento harmônico com a jurisprudência deste Sodalício no sentido de que o princípio da irretroatividade só tem aplicação em relação à lei penal, não se exigindo tal regra quanto à inovação jurisprudencial, mesmo que imbuída de força cogente, como no caso das súmulas vinculantes.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. CONSUMAÇÃO. CRIME MATERIAL. SÚMULA VINCULANTE 24. IRRETROATIVIDADE. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL AUSENTES. EMBARGOS REJEITADOS.**

*1. Nos termos da jurisprudência vigente nesta Corte Superior, seguindo o disposto no artigo 619 do Código de Processo Penal, estabelece-se que "aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão", tendo a jurisprudência desta Corte os admitido, também, com o fito de sanar eventual erro material na decisão embargada.*

*Precedentes.*

*2. Segundo entendimento vigente neste Superior Tribunal de Justiça, o princípio da irretroatividade só tem aplicação em relação à lei penal, não se exigindo tal regra quanto à inovação jurisprudencial, mesmo que imbuída de força cogente, como no caso das súmulas vinculantes. Precedentes.*

*3. Com relação à aplicação do teor da Súmula 24/STF ao caso dos autos, inexistiu qualquer omissão no acórdão embargado, o qual, ao analisar a questão posta a julgamento, verificou que o entendimento adotado pela Corte originária, acerca da natureza do crime previsto no art. 168-A do Código Penal, divergia do posicionamento deste Sodalício que, seguindo o teor do Enunciado Sumular, firma-se pela*

*materialidade do mencionado delito, situação a qual se reconhece como momento consumativo e termo a quo para contagem do prazo prescricional a conclusão definitiva do procedimento administrativo de apuração do crédito tributário.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no REsp 1734799/SP, De minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 14/12/2018)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE SONEGAÇÃO TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. NÃO OCORRÊNCIA. DATA INICIAL DO TERMO PRESCRICIONAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. APLICAÇÃO RETROATIVA DA SÚMULA VINCULANTE 24/STF. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 156 DO CPP. ÔNUS DA PROVA. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÕES DEVEM SER COMPROVADAS POR QUEM AS ALEGA.**

***I - Não há que se falar em irretroatividade de interpretação jurisprudencial a respeito de referido tema, na medida em que nosso ordenamento jurídico vigente proíbe somente a retroação da lei penal mais gravosa, não sendo possível fazer a extensão a interpretação jurisprudencial. Precedentes.***

***II - Compete à defesa comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos da pretensão acusatória, nos termos do artigo 156 do Código de Processo Penal. Precedentes.***

***Agravo regimental desprovido.***

***(AgRg no AREsp 1169413/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018)***

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DESPROPORCIONALIDADE NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. MATÉRIAS NÃO SUSCITADAS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA VINCULANTE N. 24. APLICAÇÃO RETROATIVA. POSSIBILIDADE.**

***[...]***

***4. Esse Sodalício assentou o entendimento segundo o qual não há óbice à aplicação retroativa da referida Súmula Vinculante, porquanto "não se está diante de norma mais gravosa, mas de consolidação de interpretação judicial, bem como porque a sua observância é obrigatória por parte de todos os órgãos do Poder Judiciário" (AgRg nos EDcl no AREsp 699.517/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 04/02/2016).***

***5. Agravo regimental parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido.***

***(AgRg no AREsp 584.088/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2017, DJe 22/09/2017)***

Dessa forma, estando os fundamentos do acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência deste Sodalício é aplicável a Súmula n. 83/STJ.

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o Recurso Especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

